

1 **CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS**
2 **DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**
3 **ATA DA 36ª REUNIÃO**
4

5 **Data:** 29 de novembro de 2006, das 10h20 às 16h40.

6 **Local:** Sala de Reuniões A, do Subsolo do Palácio do Itamaraty, Esplanada dos Ministérios, em
7 Brasília-DF.
8

9 **REPRESENTANTES:**

- 10 ■ Ministério do Meio Ambiente/SRH: Celina X. de Mendonça (celina.mendonca@mma.gov.br);
- 11 ■ Ministério do Meio Ambiente/ANA: Jorge Thierry Calasans (thierry@ana.gov.br);
- 12 ■ Ministério dos Transportes: Wilson do Egito Coelho Filho (wilson.egito@dnit.gov.br);
- 13 ■ Ministério das Cidades: Sônia Lúcia dos Reis (sonia.alves@cidades.gov.br);
- 14 ■ Ministério das Relações Exteriores: Bernardo Paranhos Velloso (bernardo@mre.gov.br);
- 15 ■ Ministério das Minas e Energia: Christian Haddad Govastki (christian.govastki@mme.gov.br);
- 16 ■ Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
- 17 ■ Ministério do Turismo: Mariana Leite Xavier (nautico@turismo.gov.br);
- 18 ■ Ministério da Defesa: Tarcísio Alves de Oliveira (ema11@brturbo.com.br);
- 19 ■ Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Rodrigo Roubach (roubach@seap.gov.br);
- 20 ■ Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: Gilney de Oliveira Vilarim
21 (vilarim@furnas.com.br);
- 22 ■ Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Cláudio
23 Ramos Floriani Jr. (cfloriani@casan.com.br);
- 24 ■ Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Mauri Cesar
25 Barbosa Pereira (mauri.pereira@terra.gov.br);
- 26 ■ Organizações Não-Governamentais: Glauko Correa da Silva (kaninde@kaninde.org.br);
- 27 ■ Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Synara Olendzki Broch (synarab@uol.com.br);
28

29 **CONVIDADOS:**

- 30 ■ Ministério do Meio Ambiente/ASIN: Cláudia Della Piazza Grossi (claudia.grossi@mma.gov.br);
- 31 ■ Ministério do Meio Ambiente/SRH: Márcio R. Magalhães Bessa (marcio.bessa@mma.gov.br);
- 32 ■ Agência Nacional de Águas: Humberto Cardoso Gonçalves (humberto.goncalves@ana.gov.br);
- 33 ■ Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes: Andrea Soarez Barnez
34 (andrea.barnez@dnit.gov.br);
- 35 ■ Administração da Hidrovia do Paraguai: Antônio R. Vasconcelos Filho (antonio@ahipar.gov.br);
- 36 ■ Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba: Manoel Batista de
37 Araújo;
- 38 ■ Conselho Territorial do Alto Acre: José Maria Barbosa de Aquino (boka2007@yahoo.com.br);
- 39 ■ Iniciativa MAP: Vera Lúcia Reis (vlreis.to@uol.com.br);
40

41 **RELATORIA:**

- 42 ■ Ministério do Meio Ambiente/SRH: Marco Antônio Amorim (marco.amorim@mma.gov.br).
43

44 Às 10h20 do dia 29 de novembro de 2006, o Sr. Bernardo Velloso, Presidente da Câmara Técnica
45 de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT, deu início à 36ª Reunião da referida
46 Câmara do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. **Item 1 - Abertura:** O Sr. Bernardo
47 Velloso saudou os presentes e solicitou que os mesmos se apresentassem. Após as apresentações,
48 informou que, em função de outras atividades, permaneceria na reunião apenas no turno da manhã.
49 Relatou que esteve em Foz do Iguaçu-PR com o Sr. Nelson Friedrich e o Sr. Jair Kotz,
50 respectivamente, Diretor de Coordenação e Superintendente de Gestão Ambiental da Itaipu-
51 Binacional, e que aproveitou a oportunidade para manifestar o interesse da CTGRHT em realizar o
52 Seminário “Fortalecimento da Gestão Articulada das Bacias Hidrográficas Paraná III e Peperi-
53 Guaçu/Santo Antônio” naquela cidade. Disse que ambos foram receptivos à iniciativa da Câmara e
54 colocaram-se à disposição para apoiá-la. Sendo assim, a Secretaria Executiva da CTGRHT efetuará

os contatos para acertar os próximos passos do seminário. **Item 2 - Aprovação da Ata: 35º Reunião da CTGRHT:** a ata foi aprovada. Seguiu-se ao **Item 3 - Apresentação e deliberação do Plano de Trabalho CTGRHT/2007:** O relator da Câmara, Sr. Marco Amorim, apresentou a proposta do Plano de Trabalho CTGRHT/2007 que foi consolidada pelo Grupo de Trabalho designado para tal, a partir das contribuições encaminhadas pelos demais representantes da Câmara (Anexo I). Após a apresentação, opinou que o Plano de Trabalho deveria ser um instrumento dinâmico, sempre aberto à inclusão de novas temáticas para discussões na CTGRHT, e que a Câmara deveria trabalhar com foco de auxiliar o Plenário do CNRH, o qual delibera por resoluções e moções. Iniciando as discussões, o Sr. Bernardo Velloso concordou com o Sr. Marco Amorim e disse que, mesmo após a aprovação do Plano de Trabalho, a CTGRHT poderia ajustá-lo. Destacou que dois Grupos de Trabalho estarão em atividade na CTGRHT no ano 2007: o GT do Apa, que terá continuidade para preparar o lado brasileiro para implementação do Acordo do Rio Apa; e o GT do Rio Acre, que iniciará as suas atividades para contribuir com a gestão da bacia. Verificando a informação de que o mandato da composição atual da CTGRHT se encerraria no dia 31 de janeiro de 2007, o Sr. Bernardo Velloso indagou o Sr. Marco Amorim sobre quais os procedimentos seriam adotados para sua renovação. O Sr. Marco Amorim informou que todos Conselheiros do CNRH receberam ofício da Secretaria Executiva solicitando que manifestassem sobre o interesse do segmento em participar da CTGRHT no seu próximo mandato. Continuou dizendo que houveram 18 manifestações e que a CTIL, em sua 88º Reunião, no dia 28 de novembro de 2006, encaminhou ao CNRH proposta de manutenção da composição atual da CTGRHT, com exceção da entrada do Setor de Irrigantes na vaga do Ministério da Ciência e Tecnologia, devido à baixa frequência do último às reuniões da Câmara. Concluiu informando que, após a aprovação desta proposta pelo CNRH, que é soberano para definir a nova composição da CTGRHT, cada segmento seria consultado para indicar os seus representantes para o novo mandato da CTGRHT. O Sr. Cláudio Floriani questionou a competência da CTIL em propor a substituição anteriormente mencionada, e, como esclarecimento, o Sr. Marco Amorim leu os seguintes trechos do Regimento Interno do CNRH, dado pelo Anexo da Portaria MMA nº 377, de 2003, que tratam deste assunto: “§ 1º do art.22. a proposta de criação de Câmaras Técnicas será analisada pela CTIL, que apresentará ao Plenário parecer contendo a pertinência de sua criação e, se for o caso, suas atribuições e composição; e parágrafo único do art.23. caso o número de interessados em participar da composição da Câmara Técnica seja superior ao número previsto no caput (17), a CTIL poderá indicar membros em ordem progressiva, para eventuais substituições”. O Sr. Cláudio Floriani se posicionou contra este procedimento da CTIL sem que haja uma consulta à CTGRHT. Por sua vez, o Sr. Bernardo Velloso sugeriu que nas próximas renovações da Câmara seja estabelecido um diálogo da CTIL com a CTGRHT. Retornando à proposta do Plano de Trabalho CTGRHT/2007, a Sra. Sônia Reis explicou que a sua sugestão de “diretrizes para o saneamento e outras políticas urbanas na região de fronteira” referia a sua preocupação sobre a necessidade de articulação com os países vizinhos da questão do saneamento na região da faixa de fronteira, principalmente para as cidades gêmeas. Disse que poderiam ser coletadas contribuições para estas diretrizes na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, em maio de 2007, em Fortaleza/CE, e na Conferência das Cidades, no final de 2007. O Sr. Bernardo Velloso lembrou que a preocupação referente ao saneamento está incluída no PNRH e apontou a necessidade de diálogo prévio com a CTPNRH e com o Ministério da Integração Nacional para esclarecimento de qual seria a contribuição da CTGRHT para esta questão perante as suas competências, de forma a tratar adequadamente o tema. Disse, entretanto, que a CTGRHT limitaria o tema as questões de gestão e não abordaria as questões práticas da sua implementação. O Sr. Cláudio Floriani lembrou a importância de discutir estas diretrizes para incorporar o conceito de gestão por bacia hidrográfica no planejamento do setor de saneamento. A Sra. Sônia Reis solicitou esclarecimento de como o Ministério das Relações Exteriores tratava a falta de saneamento dos países vizinhos que impactam o lado brasileiro. O Sr. Bernardo Velloso esclareceu que as nações têm soberania sobre seus territórios e recursos naturais, mas que, a partir de demandas repercutidas entre os países, celebram-se acordos bilaterais específicos. Acrescentou que estes acordos não são provocados necessariamente pela CTGRHT, mas por qualquer instituição interessada. O Sr. Mauri Pereira sugeriu que os assuntos da proposta do Plano de Trabalho CTGRHT/2007 relacionados a “diretrizes” fossem tratados conjuntamente de

109 maneira a ter como produto uma ou mais minutas de resoluções referentes às diretrizes para a
110 gestão dos recursos hídricos transfronteiriços. Quando da tratativa deste tema, sugeriu que fossem
111 compilados os relatórios de eventos afins e as moções e resoluções relacionadas ao assunto, sendo
112 acrescido pelo Sr. Bernardo Velloso, a compilação das linhas mestres do PNRH para a gestão dos
113 recursos hídricos transfronteiriços. A Sra. Synara Olendzki propôs que a elaboração de resoluções
114 referentes às diretrizes para a gestão dos recursos hídricos transfronteiriços fossem metas da
115 CTGRHT para o ano 2007, regulamentando desta forma a Lei nº 9.433, de 1997. O Sr. Jorge
116 Thierry questionou de que forma a CTGRHT trataria a questão de “águas transfronteiriças e gestão
117 de zonas úmidas” presente na proposta do Plano de Trabalho CTGRHT/2007, uma vez que a
118 Convenção de Ramsar não diferencia as zonas úmidas interiores das de fronteira. A Sra. Celina
119 Mendonça defendeu a permanência da temática por entender que as zonas úmidas no Brasil vão
120 além dos sítios definidos no âmbito da Convenção de Ramsar e necessitam de diretrizes de gestão
121 pois estão sendo ambientalmente impactadas. O Sr. Bernardo Velloso complementou que as zonas
122 úmidas estão sendo discutidas em ações internacionais e que considera importante um processo de
123 discussão sobre sua gestão sustentável para contribuir com a posição do Brasil frente a esta
124 temática. O Sr. Carlos Hugo Suarez solicitou que fosse evitado agendamento de reuniões da
125 CTGRHT na mesma data de reunião do CONAMA, o que passaria a ser observado pela Secretaria
126 Executiva. A Sra. Cláudia Grossi sugeriu que o Plano de Trabalho fosse reordenado por eixos
127 temáticos e que houvesse inclusão de metas. Com a concordância dos demais representantes, o GT
128 do Plano de Trabalho ficou encarregado de reordenar a proposta do Plano de Trabalho
129 CTGRHT/2007 por eixos temáticos sendo definido “a priori” os seguintes eixos: i) diretrizes para a
130 gestão dos recursos hídricos transfronteiriços; ii) acompanhamento de encaminhamentos da
131 CTGRHT; iii) ações políticas; e iv) itens administrativos. Após a reordenação, a proposta seria
132 encaminhada aos representantes da Câmara para críticas e sugestões finais. Antes do encerramento
133 da reunião na parte da manhã, o Sr. Glauko Silva pediu a palavra para prestar um informe sobre o
134 Rio Madeira. Considerando a importância do assunto e sob consulta aos demais representantes, o
135 Sr. Bernardo Velloso concedeu a palavra ao Sr. Glauko Silva. Em seu informe, o Sr. Glauko Silva
136 denunciou que a população ribeirinha da área de influência dos futuros empreendimentos
137 hidrelétricos do Rio Madeira estariam sendo ludibriadas pelas empresas Furnas e Odebrecht.
138 Apontou que tanto a sociedade civil quanto o Ministério Público Estadual encontraram falhas
139 gravíssimas no EIA/RIMA elaborado por estas empresas. Continuou dizendo que a sociedade civil
140 criou um Fórum Independente Popular do Rio Madeira e promoveu um seminário para nivelamento
141 das informações e divulgação destas falhas, entre elas a falta de consideração com relação a
142 remoção da fauna das áreas a serem alagadas. Denunciou que na audiência pública de Porto Velho-
143 RO a sociedade civil teve sua participação boicotada, através da escolha inadequada do local, do
144 corte do áudio dos microfones e da subestimativa do tempo de explanação, e que em momento
145 nenhum a população ribeirinha foi ouvida. Por fim, queria saber como a CTGRHT poderia interferir
146 nesta questão. O Sr. Christian Govastki disse que gostaria de ter acesso aos estudos mencionados
147 pelo Sr. Glauko Silva. Continuou informando que os empreendimentos estão na sua fase de
148 concepção, que as atividades a ele relacionadas ainda não foram esgotadas, e que considera Furnas
149 e Odebrecht empresas responsáveis, e assim, todos os aspectos seriam considerados e as exigências
150 para implantação do empreendimento seriam plenamente atendidas. Disse que havia veiculação de
151 informações na imprensa que não seriam verídicas, como a possibilidade de enchentes em Porto
152 Velho-RO e que o lago da represa invadiria áreas bolivianas. O Sr. Gilney Vilarim se disse surpreso
153 com a denúncia realizada no âmbito da CTGRHT uma vez que o rito dos empreendimentos segue as
154 etapas do licenciamento ambiental. Citou que Furnas realiza palestras de esclarecimentos dos
155 impactos dos empreendimentos, e percebia, pelo ocorrido, que as informações não estariam sendo
156 bem interpretadas. Por fim, informou que o remanso das barragens não atingirá território boliviano.
157 Os Srs. Cláudio Floriani, Jorge Thierry e Mauri Pereira posicionaram que é política da CTGRHT
158 receber todos os problemas relacionados a rios transfronteiriços e/ou demandas que preocupem a
159 sociedade civil, e que, a partir do seu conhecimento, a Câmara realiza os devidos encaminhamentos.
160 O Sr. Bernardo Velloso primeiramente apontou a pertinência da sociedade civil em trazer suas
161 preocupações para conhecimento da CTGRHT. Continuou mencionando que o envolvimento da
162 Presidência da República no processo de aproveitamento hidrelétrico do Rio Madeira demonstrava

163 a complexibilidade do tema. Disse que o Brasil preza pelo princípio de que os países são soberanos
164 no uso dos seus recursos mas que este uso não deve provocar danos a outros territórios. Por fim,
165 disse que não haveria deliberação da CTGRHT sobre a questão e sim que a Câmara constituiria em
166 mais um canal de diálogo. Desta forma, solicitou que o Sr. Glauko Silva encaminhasse os estudos
167 que mencionou para a Secretaria Executiva, a qual o compartilharia com os demais segmentos da
168 CTGRHT para análises internas nos seus órgãos. Finalizando a reunião na parte da manhã, por
169 consenso, o Sr. Cláudio Floriani foi indicado para presidir a reunião da CTGRHT na parte da tarde.
170 A reunião foi interrompida às 13h00 sendo retomada às 14h30 seguindo-se a pauta no **Item 4 -**
171 **Minuta de Resolução modificando o inciso III do Artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de**
172 **junho de 2000:** O relator da Câmara, Sr. Marco Amorim, resgatou a matéria lembrando que na
173 última reunião foi estabelecida uma comissão para analisar as sugestões da CTIL em relação a
174 primeira consulta da CTGRHT sobre a proposta de alteração da Resolução CNRH nº 10. Disse que
175 a comissão não chegou a um consenso e por decisão do Presidente da CTGRHT foi realizada uma
176 segunda consulta à CTIL (Anexo II). Embora ainda não tivesse uma resposta oficial, adiantou que
177 na 88ª Reunião da CTIL, ocorrida no dia 28 de novembro de 2006, esta segunda consulta foi
178 analisada e a CTIL apontou que a alteração proposta pela CTGRHT não alteraria as suas
179 competências e que havia pertinência na mudança da terminologia de “bacias transfronteiriças” para
180 “bacias de rios contendo recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços”. A CTIL sugeriu,
181 entretanto, a supressão do terceiro considerando da proposta, pois, além de ser conflituoso no
182 âmbito da CTGRHT, seria contraditório a redação do inciso III. O Sr. Jorge Thierry esclareceu que
183 a comissão não havia chegado a um posicionamento conclusivo em função do Sr. Antônio Soler
184 retornar a discussão ao seu ponto inicial, qual seja, se era necessário alterar a Resolução CNRH nº
185 10, fato que já estava superado na CTGRHT, extrapolando desta forma a competência dada à
186 comissão que era simplesmente acatar ou não as sugestões da CTIL em relação a primeira consulta.
187 Como já fizera em reuniões anteriores, o Sr. Mauri Pereira deixou novamente registrado que seu
188 segmento não impediria as discussões referentes a este assunto, mas que absteria nas votações
189 relativas ao tema. Acrescentou que a mudança não conduzia a nenhum esclarecimento, pois, em
190 eventos e atos internacionais utiliza-se a terminologia “bacia transfronteiriça”. Em função da CTIL
191 ainda não ter encaminhado oficialmente sua resposta sobre a segunda consulta da CTGRHT, o Sr.
192 Cláudio Floriani encaminhou para que a Câmara aguardasse esta resposta para deliberação final do
193 assunto na próxima reunião da CTGRHT. **Item 5 - Análise do Relato da ALM com referência as**
194 **Moções CNRH nº 09 e 29:** O Sr. Cláudio Floriani resgatou que o relato elaborado pelo Sr. Manoel
195 Maia, Diretor da Agência Lagoa Mirim, havia sido encaminhado com antecedência aos
196 representantes e abriu a palavra para comentários ao mesmo. Não havendo manifestações, e a
197 pedido do Presidente, o relator da Câmara, Sr. Marco Amorim, reproduziu os pontos principais do
198 relato do Sr. Manoel Maia: que com relação a Moção CNRH 09 “a obra do dique, nos pareceu
199 absolutamente inadequada”; que há “restrições de recursos financeiros e humanos” para
200 implementação da Moção CNRH nº 29; que “quanto aos sub-comitês propostos na Moção 29,
201 verifica-se a inviabilidade técnica para suas constituições pela dificuldade de agrupar a sociedade”;
202 que a “CCL do Rio Quaraí já retomou a sua atuação”; que “ações conjuntas com os diferentes
203 ministérios envolvidos devem ser articuladas”; que “coube a ALM executar uma série de tarefas
204 sem os meios necessários”; e que “os fundamentos da Moção 29 são de significativa importância,
205 entretanto, deveriam ser avaliados permanentemente quanto a execução, atualização e
206 especialmente exequibilidade”. O Sr. Marco Amorim disse que o Sr. Manoel Maia manifestou que
207 deveria ser concedido ao Comitê de Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo, que está sendo criado
208 no âmbito das águas de domínio estadual, competência para atuar também sobre as águas de
209 domínio da União, sendo o mesmo orientado a realizar este pleito oficialmente ao CNRH,
210 encaminhando pedido à Secretaria Executiva. O Sr. Jorge Thierry explicou que, além das estações
211 pluviométricas citadas no relato do Sr. Manoel Maia, a ANA é responsável também pelas outorgas
212 de uso de recursos hídricos no Rio Quaraí. Segundo ele, até o momento, somente duas outorgas
213 para captação de água foram concedidas, ambas à CORSAN para captação de água com a finalidade
214 de abastecimento público. Informou que a demanda local de água é, em muitos trechos, superior à
215 oferta, sendo a irrigação (rizicultura) o maior usuário. Informou também que um Ajuste
216 Complementar ao Acordo do Rio Quaraí fixa o quantitativo máximo de água para irrigação

217 podendo ser objeto de outorga por cada país. O Sr. Mauri Pereira solicitou que o Sr. Manoel Maia
218 apresentasse, como complemento do seu relato, as atas das reuniões do Comitê Mirim-São Gonçalo,
219 incluindo as da fase de sua formação, e as atas do CCL do Rio Quaraí. Em seguida, sugeriu que a
220 CTGRHT convidasse o Sr. Paulo Paim, Secretário Executivo do CERH-RS, para apresentar o
221 arranjo institucional do Estado do Rio Grande do Sul na gestão dos recursos hídricos da Lagoa
222 Mirim e da Bacia do Rio Quaraí frente a Moção CNRH nº 29. A Sra. Celina Mendonça apoiou a
223 sugestão do Sr. Mauri Pereira para, a partir disto, analisar eventuais adequações das Moções.
224 Finalizado os debates, definiu-se os seguintes encaminhamentos: i) solicitar, via Sra. Sônia Reis,
225 informe do Ministério das Cidades sobre suas ações relativas ao saneamento da cidade de Quaraí-
226 RS; ii) solicitar, via Sr. Cláudio Floriani, informe da CORSAN sobre suas ações relativas ao
227 saneamento da cidade de Quaraí-RS; iii) para a próxima reunião da CTGRHT, convidar o Sr. Paulo
228 Paim, Secretário Executivo do CERH-RS; e iv) consultar a Secretaria Executiva do CNRH sobre a
229 possibilidade de delegar ao Comitê de Bacia Hidrográfica Mirim-São Gonçalo competências de
230 ações em rios de domínio da União. **Item 6 - Manifesto de apoio a criação do Comitê de Bacia**
231 **Hidrográfica do Rio Uruguai:** O Sr. Cláudio Floriani lembrou que, na última reunião, após
232 sugestão do Sr. José Vicente Regina, representante das Concessionárias e Autorizadas de Geração
233 de Energia Hidrelétrica, a CTGRHT encaminhou pela elaboração de um manifesto de apoio da
234 Câmara à criação do Comitê do Rio Uruguai. Desta forma, solicitou ao relator da Câmara, Sr.
235 Marco Amorim, que fizesse a leitura da minuta de manifesto redigida pela Secretaria Executiva e
236 encaminhada com antecedência aos representantes da CTGRHT (Anexo III). Antes da leitura, o Sr.
237 Marco Amorim informou que, conforme encaminhamento da última reunião, a Secretaria Executiva
238 do CNRH foi consultada visando *“esclarecer a propriedade de estabelecimento, no âmbito da*
239 *CTGRHT, ou mesmo da CTPNRH, de processo voltado à formação do Comitê do Rio Uruguai”*
240 *(Ofício 32/2006/CTGRHT/CNRH/MMA)* sendo obtido como resposta que *“nos processos*
241 *anteriores, para a criação dos comitês os proponentes foram todos formados por grupos criados*
242 *no âmbito da própria bacia como preconiza a Lei nº 9.433/97, inciso VI do art. 1º. (...) Informamos*
243 *que a CTIL é a única câmara técnica que participa do processo de tramitação da documentação*
244 *para encaminhamento à plenária do CNRH, após análise de correlação da documentação pela*
245 *Secretaria Executiva do CNRH com o que está estabelecido na Resolução CNRH nº 05”* *(Ofício*
246 *61/2006/CNRH/MMA)*. Após o informe, o Sr. Marco Amorim leu a minuta de manifesto e apontou
247 sua preocupação quanto a forma de posicionamento da CTGRHT e sua dúvida para quem o
248 manifesto seria dirigido. Recomendou, caso a idéia tivesse seguimento, que fosse tramitado uma
249 moção pelo Plenário do CNRH. A Sra. Celina Mendonça posicionou que, como a função da
250 CTGRHT é subsidiar o CNRH, qualquer manifesto deveria ser aprovado pelo CNRH. Porém, disse
251 que não o achava oportuno, a não ser que a comissão para formação do Comitê da Bacia do Rio
252 Uruguai o solicitasse sob a justificativa da importância do Rio Uruguai para o PNRH e para a
253 gestão transfronteiriça. O Sr. Cláudio Floriani ponderou que a formalização do pedido de apoio a
254 comissão para formação do Comitê da Bacia do Rio Uruguai já foi realizada na CTGRHT por ele e
255 pelo Sr. José Vicente Regina que, além de representantes da CTGRHT, são membros desta
256 comissão. O Sr. Gilney Vilarim apontou a concordância do Sr. José Vicente Regina com o teor da
257 minuta do manifesto. Após outros posicionamentos dos representantes e de dúvidas a respeito da
258 conveniência ou não de efetivar o manifesto, se ele apoiaria a comissão para formação do comitê ou
259 a própria criação do comitê, se ele seria proveniente da CTGRHT ou do CNRH, e a quem ele seria
260 dirigido, apontou-se pela necessidade de maior amadurecimento do tema. Sendo assim, o
261 encaminhamento foi que os representantes da CTGRHT pensassem na forma de viabilizar o
262 manifesto. **Item 7 - Informes Gerais:** O Sr. Jorge Thierry informou que havia sido publicada, no
263 Diário Oficial da União, a Resolução ANA nº 467, de 30 de outubro de 2006, que dispõe sobre
264 critérios técnicos a serem observados na análise dos pedidos de outorga em lagos, reservatórios e
265 rios fronteiros e transfronteiros (Anexo IV). Justificou que, por equívoco, a Resolução foi
266 publicada antes do conhecimento prévio da CTGRHT, o que havia sido comprometido pelo Diretor
267 da ANA, Sr. Oscar Cordeiro. Entretanto, informou que a ANA se colocava à disposição para
268 esclarecer quaisquer dúvidas, receber sugestões da CTGRHT, e avaliar eventuais alterações ao texto
269 da Resolução. Uma vez que a Resolução já havia sido publicada, o Sr. Cláudio Floriani sugeriu que
270 os representantes da CTGRHT a estudassem para discussão do seu teor na próxima reunião da

271 Câmara. A Sra. Vera Reis, da Iniciativa MAP, que participou da reunião na parte da tarde
272 juntamente com o Sr. José Maria Aquino, Presidente do Conselho Territorial do Alto Acre e
273 Capixaba, e o Sr. Manoel Batista de Araújo, Prefeito de Assis-Brasil e Presidente do Consórcio de
274 Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba, sugeriu o dia 18 de dezembro de 2006
275 para realização da 1ª Reunião do GT do Rio Acre. O Sr. Jorge Thierry informou que esta data
276 coincidia com as férias do Sr. Antônio Cardoso, representante da ANA no GT, e assim, se a reunião
277 ocorresse na data sugerida, não haveria participação da ANA. O Sr. Marco Amorim informou que o
278 “Glossário de Termos Referentes a Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços”
279 seria lançado na próxima reunião do CNRH, no dia 07 de dezembro de 2006. Informou também que
280 a revisão dos integrantes do GT do Apa foi concluída, que o GT do Rio Acre foi formado, e que
281 ambos os grupos realizariam uma reunião ainda este ano quando seriam definidos os seus
282 respectivos coordenadores e relatores. Disse que, conforme entendimento com o Sr. Bernardo
283 Velloso, uma destas funções seria assumida por um representante da CTGRHT, visando maior
284 aproximação dos GT's à CTGRHT. A Sra. Celina Mendonça informou que ainda não concluiu o
285 documento de divulgação do Acordo do Rio Apa, mas assim que efetivado, o distribuiria via e-mail
286 aos demais representantes da CTGRHT. O Sr. Carlos Hugo Suarez informou sobre os
287 desdobramentos do treinamento que realizou na *Swedish International Development Cooperation*
288 *Agency - SIDA*, do convite que recebeu para atuar como consultor da *SIDA* num curso voltado para
289 a Bacia do Rio Zambese, e da sua disposição em compartilhar as informações e os materiais do
290 treinamento. O Sr. Mauri Pereira informou sobre a previsão de realizar a reunião preparatória do
291 Seminário “Fortalecimento da Gestão Articulada das Bacias Hidrográficas Paraná III e Peperi-
292 Guaçu/Santo Antônio” no dia 19 de dezembro de 2006, em Foz do Iguaçu-PR. O Sr. Christian
293 Govastki informou que seria realizado no Congresso Nacional, no período de 5 a 8 de dezembro de
294 2006, o "Seminário sobre Legislação Concorrente em Meio-Ambiente", e que encaminharia a
295 programação para os demais representantes da CTGRHT. A Sra. Sônia Reis se colocou a disposição
296 para ajudar a realizar reuniões do CONSEA em municípios de fronteira e se comprometeu a
297 encaminhar à Secretaria Executiva o texto base orientador político do CONSEA, assim como, as
298 datas das suas reuniões estaduais, para que fossem compartilhadas com os demais representantes da
299 CTGRHT. A Sra. Vera Reis demonstrou interesse em realizar reuniões do CONSEA no Alto Rio
300 Acre e faria os contatos com a Sr. Sônia Reis. O Sr. Glauco Silva pediu orientação sobre os
301 procedimentos para criação de um Grupo de Trabalho do Rio Madeira e sugeriu uma visita da
302 CTGRHT à Rondônia. A Sra. Cláudia Grossi informou que, no dia 27 de outubro de 2006, o Grupo
303 *ad hoc* a Reunião de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul sobre Recursos Hídricos se reuniu
304 na cidade de São Paulo-SP. Citou que este grupo tem a função de elaborar uma Estratégia de
305 Recursos Hídricos do Mercosul, mas que a Argentina não tem levado a cabo este propósito. A Sra.
306 Celina Mendonça solicitou maior apoio do Ministério das Relações Exteriores do Brasil ao Grupo
307 *ad hoc*. Ficou estabelecido que a próxima reunião da CTGRHT deveria ocorrer no final de fevereiro
308 ou início de março de 2007. Nada mais sendo tratado, a reunião foi encerrada às 16h40 e segue
309 assinada pelo Presidente e pelo Relator.

310
311 Ata aprovada na 37ª Reunião da CTGRHT realizada em 01 de março de 2007.

312

313

314 Bernardo Paranhos Velloso
315 Presidente

Marco Antônio Amorim
Relator